

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 787.937 - SP (2015/0240480-0)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : PAULO TOGNINI
REPR. POR : HELENA FÉ GIAMPIETRO TOGNINI - CURADOR
ADVOGADO : CLAUDIO MAURO HENRIQUE DAÓLIO - SP172723
AGRAVADO : MARCO ANTONIO AGOSTINHO RODRIGUES
ADVOGADO : KÁTIA ZACHARIAS SEBASTIÃO E OUTRO(S) - SP173895

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por **PAULO TOGNINI**, contra decisão denegatória de seguimento ao recurso especial.

O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, desafia, a seu turno, acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 317, e-STJ):

*CONTRATO - Celebração por pessoa incapaz, posteriormente interditada - Diagnóstico de doença progressiva, sem sinais aparentes em seu início - Hipótese de incapacidade relativa que evolui para absoluta no curso do tempo - Retroatividade da interdição que reclama prova robusta da incapacidade para cada ato praticado pelo interditado.

I - O contrato celebrado com pessoa em curso de incapacidade absoluta somente é nulo se existente prova robusta da deficiência volitiva, ainda que anterior à interdição judicial.

II - A interdição judicial produz, em regra, efeitos '*ex nunc*', nos termos do artigo 1.184 do C.P.C., prevalecendo a presunção de boa-fé daquele que contrata com pessoa incapaz sem saber dessa condição.

III - A exclusão da meação da penhora depende de prova de que o negócio não foi feito em benefício da família.

Recurso provido.*

Opostos embargos de declaração (fls. 323/326, e-STJ), esses foram rejeitados.

Em suas razões de recurso especial (fls. 335/348, e-STJ), o insurgente apontou violação aos artigos 535 do Código de Processo Civil/73; 3º, inciso II, 265 e 1.767 do Código Civil. Sustentou, em suma: i) negativa de prestação jurisdicional, por não terem sido supridas as omissões suscitadas nos aclaratórios em relação ao excesso de penhora; ii) a incapacidade do agravado para os atos da vida civil; iii) a existência ou não de responsabilidade solidaria na hipótese dos autos.

Contrarrazões às fls. 356/359, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade (fls. 368/369, e-STJ), negou-se o processamento do recurso especial, sob os seguintes fundamentos: i) ausência de negativa de prestação jurisdicional; ii) não foi demonstrada a alegada vulneração ao dispositivo arrolado; iii) incidência da Súmula 7 do STJ.

Daí o agravo (fls. 372/388, e-STJ), buscando destrancar o processamento daquela insurgência, no qual o insurgente refuta os óbices aplicados pela Corte estadual.

Sem contraminuta (fl. 390, e-STJ).

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. Com efeito, no que tange à alegada violação ao artigo 535 do CPC/73, não merece acolhimento a insurgência, porquanto clara e suficiente a fundamentação adotada pelo Tribunal de origem.

Aduz o ora agravante a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional, ao argumento de que o Tribunal de origem teria sido omissos no que diz respeito ao excesso de penhora.

Contudo, da leitura dos autos, constata-se que referida tese fora expressamente examinada pela Corte *a quo*, consoante se denota dos seguintes trechos (fl. 332, e-STJ):

Além disso, não se constata a omissão apontada, porquanto a alegação de excesso de penhora foi devidamente apreciada pelo v. acórdão, nos seguintes termos: "Finalmente, não se produziu prova que os negócios realizados pelo embargante não beneficiaram sua família. Ao contrário: na medida em que seu neto participava dos atos, de modo que a exclusão da meação na penhora não pode ser deferida." (fls.307)

Dessa forma, não há que se falar em negativa de prestação jurisdicional pelo Tribunal local, **que apreciou todas as questões que lhe foram postas de forma suficiente.**

A propósito, é entendimento pacífico deste Superior Tribunal que **o magistrado não é obrigado a responder a todas as alegações das partes se já tiver encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem é obrigado a ater-se aos fundamentos por elas indicados.**

Nesse sentido, confira-se:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO COMINATÓRIA. VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO. OBRIGAÇÃO DE FAZER. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS CONTRA O ACÓRDÃO RECORRIDO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OU OBSCURIDADE. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CPC. FALTA DE INTIMAÇÃO PARA ACOMPANHAR VISTORIA. ART. 431-A DO CPC. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. NULIDADE. AUSÊNCIA. DECADÊNCIA. PRAZO. TERMO INICIAL. ART. 618, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO CIVIL. NÃO OCORRÊNCIA.

1. Os embargos de declaração só se prestam a sanar obscuridade, omissão ou contradição porventura existentes no acórdão, não servindo à rediscussão da matéria já julgada no recurso.

[...]

(REsp 1296849/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 14/02/2017, DJe 20/02/2017)

Desta forma, considerando que a questão trazida à discussão foi dirimida pelo Tribunal de origem de forma fundamentada e **sem omissões ou contradições**, merece ser afastada a alegada negativa de prestação jurisdicional.

2. No que concerne à alegada incapacidade do agravante para os atos da vida civil, assim se manifestou o Tribunal de origem, *in verbis* (fls. 318/319, e-STJ):

2. A controvérsia está centrada no seguinte ponto: ao emitir os cheques copiados a fls. 71, no ano de 2007, antes da sentença de interdição de fls.

38/40, o embargante era absolutamente incapaz? E, sendo nulo o ato, o que ocorre com o contrato de compra e venda celebrado?

Pois bem. Nos presentes autos não foi feita perícia médica para atestar a capacidade civil do embargante, adotando-se o laudo utilizado para a declaração da interdição. Na referida perícia ficou consignado que: 'Anteriormente ele viajava muito para um sítio na cidade de Pereira, onde fazia compras de gado, mas ele passou a emitir cheques para pessoas não relacionadas com tal atividade...' (fls. 34). E mais adiante: '...Não apresenta sinais sugestivos da ocorrência de distúrbios senso-perceptivos. (fls. 35). E conclui: '...a doença de Alzheimer que se inicia após os sessenta e cinco anos é dita tardia e ocorre geralmente entre os setenta e setenta e nove anos, evoluindo de forma mais lenta que a anterior e comprometendo mais caracteristicamente a função mnêmica... o examinando é portador de doença mental demencial, adquirida no ano de 1999, de curso progressivo e prognóstico incurável....de acordo com o CID 10: demência na doença de Alzheimer de início tardio.

Com esse diagnóstico, dois fatos são certos: o embargante negociava gado, ao contrário do afirmado na inicial, e a doença não apresentava sinais claros no início, desenvolvendo-se mais lentamente em pessoas da faixa etária à do embargante (início tardio).

Assim, a incapacidade absoluta não se apresenta de plano, mas é resultado da evolução progressiva da doença, que nos estágios iniciais são imperceptíveis e podem caracterizar, no máximo, incapacidade relativa nos surtos de memória, o que, por si só, não invalida o ato (artigo 171, inciso I, do Código Civil).

Aqui o ponto nodal: as provas colhidas são robustas no sentido que no ato de compra do gado e emissão dos cheques o embargante apresentava sinais de normalidade e extrema lucidez (fls. 211/218 e 235). E o embargado nada tinha para estranhar, pois esse tipo de negócio era comumente realizado pelo embargante, somando-se ao fato estar acompanhado de seu neto, outro interessado no negócio, que não se opôs.

Sendo assim, para acolhimento do apelo extremo, seria imprescindível derruir a afirmação contida no *decisum* atacado, o que, forçosamente, ensejaria em rediscussão de matéria fática, incidindo, na espécie, o óbice da Súmula n. 7 deste Superior Tribunal de Justiça.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO DE VIDA. LESÃO DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRABALHO. INCAPACIDADE TEMPORÁRIA DO AUTOR. REEXAME DE CLÁUSULAS E PROVA. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. APOSENTADORIA PELO INSS. AUSÊNCIA DE PRESUNÇÃO ABSOLUTA ACERCA DA INCAPACIDADE PERMANENTE PARA O TRABALHO. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Para prevalecer a conclusão em sentido contrário ao decidido pelo Tribunal estadual, necessária se faz a revisão do contrato e do acervo fático dos autos, o que se encontra inviabilizado, nesta instância superior, pelas Súmulas n. 5 e 7/STJ.

2. A necessidade do reexame da matéria fática impede o recurso especial também pela alínea c do permissivo constitucional, ficando, portanto, prejudicado o exame da divergência jurisprudencial.

3. A jurisprudência desta Casa dispõe no sentido de que a concessão, pelo INSS, de aposentadoria decorrente de invalidez permanente não constitui prova absoluta da invalidez total e permanente para fins do contrato de seguro privado. Precedentes.

4. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1336089/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/12/2018, DJe 19/12/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA. LAUDO PERICIAL QUE ATESTA QUE A DOENÇA QUE ACOMETEU O AUTOR É RESULTANTE DA ATIVIDADE QUE EXERCIA. CONFIGURADA A INCAPACIDADE PERMANENTE TOTAL E NÃO PARCIAL PARA O TRABALHO. COBERTURA DE INVALIDEZ POR ACIDENTE PREVISTA NO CONTRATO DE ADESÃO. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. O acórdão estadual, após análise do acervo probatório dos autos e interpretação das cláusulas contratuais firmadas entre as partes, concluiu que o agravado faz jus ao recebimento da indenização correspondente à cobertura securitária.

2. A reforma do acórdão estadual demandaria reexame do conjunto fático-probatório dos autos e reinterpretação de cláusulas contratuais, o que é vedado em razão das Súmulas 5 e 7 do STJ.

3. Agravo interno não provido.

3. Nos termos da jurisprudência firmada nesta Corte, a incidência da Súmula 7/STJ prejudica o exame do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional.

Precedentes.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1280644/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 21/08/2018)

3. Quanto as alegações da insurgente acerca da existência ou não de solidariedade (artigo 265 do Código Civil), constata-se que essa matéria não fora objeto de apreciação pelo Tribunal *a quo*, embora o ora agravante tenha apresentado embargos de declaração, incide, na espécie, o óbice da Súmula 211 do STJ, porquanto ausente o devido prequestionamento, haja vista que a matéria não fora interpretada pelo Eg Tribunal de origem.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ART. 1.022 DO CPC/2015. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 211/STJ. PERÍCIA. INDEFERIMENTO. PRINCÍPIO DA PERSUAÇÃO RACIONAL DO JUIZ. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de

origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

3. A falta de prequestionamento da matéria suscitada no recurso especial, a despeito da oposição de declaratórios, impede seu conhecimento, a teor da Súmula nº 211 do Superior Tribunal de Justiça.

4. A legislação processual civil vigente manteve o princípio da persuasão racional do juiz, em seus artigos 370 e 371, o qual preceitua que cabe ao magistrado dirigir a instrução probatória por meio da livre análise das provas e da rejeição da produção daquelas que se mostrarem protelatórias.

5. Inviável rever o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias, para acolher a existência de cerceamento de defesa pelo indeferimento da realização da perícia, sem a análise dos fatos e das provas dos autos, o que é inviável em recurso especial diante da incidência da Súmula nº 7/STJ.

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1105171/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/06/2018, DJe 26/06/2018)

4. Do exposto, com fulcro no artigo 932 do NCPC c/c Súmula 568 do STJ, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator